

SC Investimentos Agrícolas S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos diretores da
SC Investimentos Agrícolas S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SC Investimentos Agrícolas S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da SC Investimentos Agrícolas S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações

falsas intencionais.


- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 14 de abril de 2020

KPMG Auditores, Independentes
CRC SP-027666/P


Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2


Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

SC Investimentos Agrícolas S/A

Balancos Patrimoniais

Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	2.466	1.711	70.283	18.756
Clientes e outros recebíveis	10	141	129	53.413	10.506
Estoques	11	-	-	85.395	50.438
Ativo biológico	12	-	-	46.234	51.900
Total do circulante		2.607	1.840	255.325	131.601
Realizável a longo prazo					
Outros recebíveis	10	-	-	8.194	11.809
Ativo Fiscal Diferido	13	-	-	56.922	30.704
Total do realizável a longo prazo		-	-	65.116	42.512
Investimentos	15	716.179	743.013	69.092	74.168
Imobilizado	14	84	100	746.269	749.126
Intangível		-	-	4.607	326
Total do ativo não circulante		716.263	743.113	885.084	866.133
Total do ativo		718.870	744.952	1.140.409	997.734

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SC Investimentos Agrícolas S/A

Balancos Patrimoniais

Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16	-	3	29.908	20.920
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	103.834	51.149
Outras obrigações	18	30	1	29.361	14.718
Total do passivo circulante		30	4	163.103	86.787
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	162.410	71.054
Outras obrigações	18	-	-	1.602	586
Passivo fiscal diferido	13	-	-	94.358	94.357
Provisão para contingências	19	-	-	96	-
Total do passivo não circulante		-	-	258.466	165.998
Total do passivo		30	4	421.569	252.785
Patrimônio Líquido					
Capital social	20	630.152	625.152	630.152	625.152
Ajustes de avaliação patrimonial em controladas	20	289.382	289.450	289.382	289.450
Adiantamento para futuro aumento de capital	18	33.000	5.000	33.000	5.000
Prejuízos acumulados	20	(233.694)	(174.654)	(233.694)	(174.653)
Total do patrimônio líquido		718.840	744.948	718.840	744.949
Total do passivo e do patrimônio líquido		718.870	744.952	1.140.409	997.734

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

SC Investimentos Agrícolas S/A

Demonstrações de resultados

Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita líquida de vendas	24	-	-	174.345	140.709
Mudança do valor justo de ativo biológico	25	-	-	(11.647)	10.310
Custo dos Produtos Vendidos	25	-	-	(160.140)	(144.240)
(Prejuízo) lucro bruto		-	-	2.558	6.779
Despesas administrativas e Gerais	25	(258)	(167)	(21.023)	(18.442)
Despesas comerciais	25	-	-	(1.505)	-
Outras (despesas) receitas operacionais	26	(1.138)	(1.761)	(48.716)	(4.804)
Resultado operacional		(1.396)	(1.928)	(68.686)	(16.467)
Receitas financeiras	27	120	88	1.814	7.487
Despesas financeiras	27	52	(26)	(15.328)	(15.986)
Receita (despesas) financeiras líquidas		172	62	(13.514)	(8.499)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(57.884)	(16.567)	(3.126)	(181)
Resultado antes dos impostos		(59.108)	(18.433)	(85.326)	(25.146)
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	-	(8)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	-	-	26.218	6.722
Resultado do exercício		(59.108)	(18.433)	(59.108)	(18.432)
Resultado distribuído para:					
Controladores		(59.108)	(18.433)	(59.108)	(18.432)
Não controladores		-	-	-	-
		(59.108)	(18.433)	(59.108)	(18.432)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados abrangentes

Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Resultado do exercício	(59.108)	(18.433)	(59.108)	(18.432)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	(59.108)	(18.433)	(59.108)	(18.432)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial em controladas	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	543.771	-	63.481	289.647	(156.418)	740.481
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	22.900	-	-	22.900
Aumento de capital	81.381	-	(81.381)	-	-	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	(197)	197	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	(18.433)	(18.433)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	625.152	-	5.000	289.450	(174.654)	744.948
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	33.000	-	-	33.000
Aumento de capital	5.000	-	(5.000)	-	-	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	(68)	68	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	(59.108)	(59.108)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	630.152	-	33.000	289.382	(233.694)	718.840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de caixa

Em milhares de reais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Nota	Controladora		Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício		(59.108)	(18.433)	(59.108)	(18.433)
Ajustado para:					
Depreciação ativo imobilizado e direito de uso	14	16	16	23.533	18.205
Amortização do intangível		-	-	558	-
Amortização da mais valia de ativo imobilizado	15	1.138	1.105	1.138	1.105
Baixas líquidas de depreciação e outros	14	-	-	47.773	16.733
Resultado de equivalência patrimonial	15	57.884	16.567	3.126	181
Resultado na aquisição de participação		-	392	-	392
Perda na distribuição de lucros		-	266	-	266
Valor presente em Venda de Bens		-	-	-	10
Consumo de ativos biológicos	12	-	-	167.427	94.781
Variação do Valor Justo - Ativo Biológico	12	-	-	9.095	(9.036)
Valor presente de Arrendamentos (CPC 06)	18.a)	-	-	137	-
Ganho (perda) com contratos de barter		-	-	(820)	675
Perda valor recuperável com clientes	10	-	-	363	-
Perda estimada dos estoques		-	-	741	417
Provisão para contingências	19 e 25	-	-	96	(3.324)
Provisão para bônus		-	-	1.236	922
Provisão de serviços e outras despesas		-	-	1.811	137
IRPJ e CSLL diferidos	13	-	-	(26.218)	(6.722)
PIS, Cofins e Funrural diferidos		-	-	449	-
Resultado de derivativos não liquidados	27	-	-	(1.646)	1.544
Recuperação de PIS e Cofins extemporâneos	26	-	-	(15.240)	-
Juros e variações monetárias	17	-	-	13.553	7.195
		(70)	(87)	168.004	105.047
Variações em:					
Contas a receber de clientes		-	-	(11.141)	(3.777)
Impostos a recuperar		(18)	(16)	3.916	(1.189)
Estoques		-	-	(49.827)	(18.501)
Outros créditos		5	(29)	(1.614)	1.745
Derivativo Fluxo de Caixa		-	-	(503)	934
Fornecedores		26	(18)	8.627	(1.830)
Salários, férias a pagar e prov. trabalhistas		-	-	1.385	281
Impostos e contribuições a recolher		-	-	(3.513)	2.136
Outras contas a pagar		-	-	13.720	(18.132)
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		13	(64)	(38.950)	(38.332)
Juros pagos	17	-	-	(8.482)	(5.923)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades operacionais		(57)	(150)	120.572	60.791
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aporte de capital em controladas	15.b)	(33.000)	(20.433)	-	-
Gastos com plantio/trato de culturas temporárias	12	-	-	(170.857)	(101.119)
Devolução de Aporte/Investimento em controladas		-	1.749	-	-
Aquisição de participação de 1,79% da Ipanema Coffees		-	(4.030)	-	(4.030)
Devolução crédito Escrow aquisição Ipanema Coffees	15.b)	812	-	812	-
Aquisições de intangíveis		-	-	6	17
Aquisições de imobilizado	14	-	-	(56.638)	(17.647)
Aplicações financeiras		-	-	(453)	(2.733)
Dividendos recebidos		-	1.008	-	826
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(32.188)	(21.706)	(227.130)	(124.686)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Amortização de empréstimos e financiamentos	17	-	-	(103.878)	(43.147)
Empréstimos e financiamentos tomados	17	-	-	230.668	85.444
Arrendamento mercantil	18.a)	-	-	(1.705)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	23	33.000	22.900	33.000	22.900
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		33.000	22.900	158.085	65.197
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		755	1.044	51.527	1.302
Demonstração do aumento do caixa e equivalente de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	1.711	667	18.756	17.455
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9	2.466	1.711	70.283	18.756
		755	1.044	51.527	1.302
Transações que não envolveram caixa:					
Adições ao imobilizado com FINAME	14 e 17	-	-	(12.181)	(1.654)
Bens em Demonstração	14	-	-	(132)	(5)
Adições ao imobilizado em aberto com fornecedores:	14	-	-	(376)	-
Direito de uso - Arrendamento CPC 06	14	-	-	(3.967)	-
Juros pagos a fornecedores		-	-	211	-
Transferência valores do imobilizado em andamento para o resultado	14	-	-	79	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No ano de 2019 avançamos na consolidação dos resultados, com melhoras expressivas em produtividade e gestão de custos.

Investimos no nosso solo, em obras e sistemas de controle, listados abaixo, que serão a base para um crescimento substancial para os próximos anos:

- Expansão do Sistema de Armazenagem aumentado a sua capacidade para 20.350 toneladas para comportar a produção de soja e milho
- Compra de uma Usina para beneficiamento do algodão aumentando qualidade e consequentemente melhorando o preço de venda.
- Plantadeiras, tratores e colheitadeiras aumentando ou modernizando nosso parque de máquinas.
- Investimos em estradas para escoar a nossa produção de forma rápida e com menor custo.
- Implementamos o ERP e MRP da TOTVs que trará agilidade, confiabilidade nos nossos números e maior controle orçamentário.
- Aprimoramos nosso solo, aumentando ainda mais a fertilidade para as próximas safras.

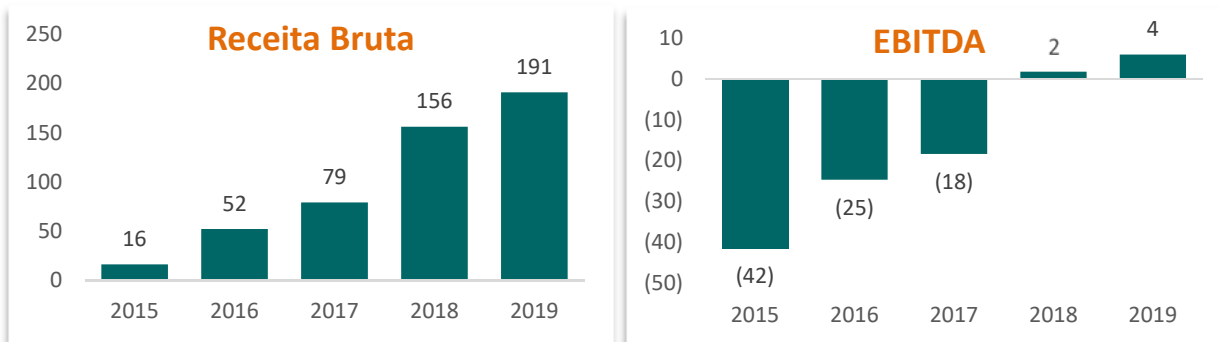
Os investimentos acima somam um montante de aproximadamente R\$ 70 milhões de reais, que aliados aos aportes feitos pelos acionistas indicam o comprometimento do conselho de administração com o projeto Santa Colomba.

Nesse ano erradicamos o café na nossa fazenda da Bahia e como parte da estratégia vamos focar em culturas mais compatíveis com a região, como o Algodão. Com isso baixamos os ativos que estavam no balanço do Grupo. (Não possui efeito no fluxo de caixa) que somavam um montante igual a R\$ 46,7 milhões. Entretanto, continuamos com uma relevante participação na Ipanema Coffes.

Emitimos o primeiro CRA da Santa Colomba no montante de R\$ 100 milhões de reais com o objetivo de diminuir nosso custo de capital, alongar a dívida e ajudar a financiar o crescimento para os próximos anos.

Por fim, apesar do investimento em solo terminamos o ano com um EBITDA positivo e crescimento de aproximadamente 20% da receita bruta comparado a 2018.

No ano de 2019 avançamos na consolidação dos resultados, com melhoras



*Números em R\$ milhões

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A SC Investimentos Agrícolas S.A. “SCIA” é uma *holding*, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo-SP (SCIA, suas controladas, controladas em conjunto ou coligadas são denominadas nessas demonstrações financeiras como “Grupo”).

As operações agrícolas do Grupo são exercidas no Município de Cocos – BA e compreendem a produção e o comércio de culturas temporárias, principalmente tabaco, algodão, soja, milho e culturas perenes como o Cacau e Café (este último erradicado em 2019).

Atualmente o Grupo possui um total de 123.059 hectares de área disponível por meio de fazendas próprias, com declividade reduzida (menos de 6%), permitindo a mecanização da produção. Essa área é cortada pelos rios Itaguari e Caririnha, sendo que o Grupo é detentor de outorgas para a extração de água desses rios.

Foi possível o plantio de aproximadamente 14,6 mil hectares na safra 2018/2019, crescimento de 14% se comparado à safra 2017/2018.

Cultura	Área plantada (hectares)	
	2019	2018
Soja	4.498	4.195
Tabaco	3.699	4.579
Algodão	1.711	-
Milho	2.831	1.837
Trigo	610	923
Grão-de-bico	100	126
Banana	89	89
Café	1.160	1.160
Total	14.698	12.909

Conforme divulgado na nota 29 Eventos Subsequentes, em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somado ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos financeiros relevantes às empresas.

Considerando os possíveis impactos desse surto na posição patrimonial e financeira do Grupo, a Administração avaliou sua capacidade de continuar em operação no futuro previsível. A avaliação da Administração considera premissas relevantes, como por exemplo a quantidade esperada de produtos a serem vendidos e os preços esperados dos produtos a serem vendidos. Tais premissas foram atualizadas para considerar os principais cenários possíveis esperados pelo Grupo com base em todas as informações relevantes disponíveis até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, considerando especificamente as incertezas relacionados ao surto do COVID-19, como também as medidas tomadas pelo Grupo para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme divulgado na nota 29 Eventos Subsequentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Com base nessa avaliação, e considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, a Administração concluiu que existem incertezas relacionadas à capacidade do Grupo continuarem operando, mas que considerada muito baixo o risco de não continuidade das operações.

2 BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração do Grupo.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as normas emitidas pelo CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas nas notas deste relatório e referem-se a perdas estimadas em estoques, provisões para passivos contingentes, depreciações, amortizações, exaustões, perdas por redução do valor recuperável, tributos diferidos, instrumentos financeiros e ativos biológicos. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

O Grupo declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras do Grupo foi autorizada pela Administração em 14 de abril de 2020. Após sua emissão, somente os quotistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Empresa no qual o CPC 06(R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o valor milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. **Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 13.2** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- **Nota explicativa 22** - Instrumentos financeiros.

b. **Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 14** - Vida útil de ativo Imobilizado;
- **Nota explicativa nº 12** - Determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos;
- **Nota explicativa nº 13** - Mensuração de ativos e passivos fiscais diferidos; e
- **Nota explicativa nº 19** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. A área de tesouraria do Grupo tem a responsabilidade de fazer a avaliação geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 e reportes à Diretoria.

O Grupo revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Diretoria do Grupo.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, O Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

- Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo.

6 Mudanças nas principais políticas contábeis

Com exceção ao descrito abaixo, as políticas contábeis aplicadas nessas demonstrações financeiras são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O Grupo adotou a partir de 1º de janeiro de 2019 a seguinte norma:

6.1 CPC 06 (R2) Arrendamentos – Conceito e aplicação

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil e é efetiva, a partir de 1º de janeiro de 2019.

O Grupo avaliou e contabilizou os contratos de acordo com o CPC 06 (R2) que introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A luz da referida norma contábil, o Grupo reconheceu em 1º de janeiro de 2019 novos ativos de direito de uso e passivos de arrendamento como adoção inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional, retrospectivamente, com efeito cumulativo. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos foi alterada, pois o CPC 06 (R2) substituiu a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre o passivo de arrendamento.

O Grupo reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado pela taxa dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis e arrendamentos que não foram pagos na data de transição, descontados usando uma taxa nominal única, baseada no endividamento do Grupo, que corresponde a taxa média de suas captações do grupo econômico que participa para a carteira de arrendamentos com características similares, porém considerando a vida útil residual de cada contrato.

O Grupo optou pela abordagem de efeito cumulativo como metodologia de transição, ou seja, sem a necessidade de reapresentação de informações comparativas. Os cálculos foram baseados no passivo de arrendamento na data de transição.

O Grupo remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

O Grupo aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos que incluem opções de renovação. A assertividade da avaliação se o Grupo pode exercer estas opções tem impacto direto no prazo do arrendamento, podendo afetar significativamente o valor do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso reconhecido. As opções de extensão e rescisão estão incluídas em vários contratos de arrendamentos em toda o Grupo.

No entendimento do Grupo, as análises associadas a mensuração e reconhecimento dos contratos dos aluguéis e de arrendamentos mercantis foram, substancialmente, concluídas.

Apresentamos a movimentação do total de bens classificados como Direito de Uso na nota 14 – Imobilizado e do Passivo de Arrendamento na nota 18.a) – Passivos de Arrendamentos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.2 Quadro sumarizado dos impactos da adoção inicial do CPC 06 (R2) - Arrendamentos

	Divulgado em 31/12/2018	Ajuste inicial do CPC 06 (R2)	Consolidado Saldo em 01/01/2019
Ativo			
Total do Ativo circulante	131.601	-	131.601
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imobilizado	749.126	3.796	752.922
Outros ativos	117.008	-	117.008
Total do Ativo não circulante	866.133	3.796	869.930
Total do ativo	997.734	3.796	1.001.530
Passivo			
Circulante			
Outras obrigações	14.718	3.258	17.976
Outros passivos	72.069	-	72.069
Total do Passivo circulante	86.787	3.258	90.045
Não circulante			
Outras obrigações	586	538	1.124
Outros passivos	165.412	-	165.412
Total do Passivo não circulante	165.998	538	166.536
Total do Passivo	252.785	3.796	256.581
Total do Patrimônio líquido	744.949	-	744.949
Total do Passivo e Patrimônio líquido	997.734	3.796	1.001.530

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. (Veja também nota explicativa 6).

7.1 Demonstrações financeiras consolidadas

As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 incluem as seguintes controladas e demais investimentos avaliados pelo método de custo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Participação no capital		Sede	Atividades principais
	2019	2018		
Controlada: Consolidação integral				
Santa Colomba Agropecuária Ltda.	99,99%	99,99%	Cocos - BA, Brasil	Propriedade de fazendas e produção agrícola
Santa Colomba Cafés	99,99%	99,99%	Cocos - BA, Brasil	Propriedade de fazendas e produção agrícola
CINGREPE - Cia Ind. Agric. Pecuária	99,99%	99,99%	Cocos - BA, Brasil	Propriedade de fazendas
Primavera Empreendimentos Agrícolas Ltda	100,00%	100,00%	Cocos - BA, Brasil	Propriedade de fazendas e produção agrícola
Lagoa Empreendimentos Agrícolas Ltda	100,00%	100,00%	Cocos - BA, Brasil	Propriedade de fazendas e produção agrícola
Canguçu Empreendimentos Agrícolas Ltda	100,00%	100,00%	Cocos - BA, Brasil	Propriedade de fazendas e produção agrícola
Caraibas Empreendimentos Agrícolas Ltda	100,00%	100,00%	Cocos - BA, Brasil	Propriedade de fazendas e produção agrícola
Sumidouro Empreendimentos Agrícolas Ltda	100,00%	100,00%	Cocos - BA, Brasil	Propriedade de fazendas e produção agrícola
Veredinha Empreendimentos Agrícolas Ltda	100,00%	100,00%	Cocos - BA, Brasil	Propriedade de fazendas e produção agrícola
Joint venture: Não consolidada, avaliada pelo método de equivalência patrimonial				
Ipanema Agrícola S.A	25,79%	25,79%	Alfenas - MG, Brasil	Propriedade de fazendas e produção agrícola
Ipanema Comercial Exportadora S.A	25,79%	25,79%	Alfenas - MG, Brasil	Propriedade de fazendas e produção agrícola

Controlada

Controlada é toda a entidade cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pelo Grupo e que decorre de participação que proporciona exposição ou confere direito aos retornos variáveis decorrentes do envolvimento com a entidade, bem como confere capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder exercido. A existência e o efeito de eventuais potenciais direitos de voto, que sejam exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se o Grupo controla outra entidade. A controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e deixa de ser consolidada a partir da data em que o controle cessa.

Joint Venture

Joint venture ou negócio em conjunto é um negócio do qual o Grupo têm o controle em compartilhado com uma ou mais partes, sendo que nenhuma das partes controla individualmente o negócio.

As Empresas investidas controladas em conjunto (*joint venture*) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidadas.

7.2 Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, o investimento em controlada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são adotadas as mesmas práticas contábeis e, caso necessário, são realizados ajustes de prática contábil para harmonização dos números.

7.3 Moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo opera ("a moeda funcional").

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações, quando aplicável, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando reconhecidos no patrimônio.

As operações em moeda estrangeira do Grupo decorrem substancialmente de seu contrato com a Phillip Morris Brasil - PMB (faturamento), aquisição de insumos e peças e de instrumentos financeiros derivativos.

A taxa de câmbio do encerramento do exercício foi de R\$ 4,0307 equivalente a US\$1,00.

7.4 Receita operacional

Venda de bens

As informações sobre as políticas contábeis do Grupo relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa 24.

O Grupo segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pelo Grupo, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

7.5 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de variações cambiais ativas, variações monetárias e rendimentos de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos, variações cambiais e variações monetárias. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

7.6 Estoques

Os produtos agrícolas provenientes dos ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no ponto da colheita, quando são transferidas do grupo de ativo biológico para o grupo de estoques e mensurados pela média ponderada dos valores justos da colheita.

Os estoques de sementes, adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas, combustíveis, lubrificantes, embalagens e material de acondicionamento, peças de reposição e outros estoques são registrados pelo menor valor entre o custo médio ponderado de aquisição e o valor realizável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídos para itens não movimentados durante o exercício e para itens específicos quando a Administração julga necessário.

7.7 Ativos biológicos e produtos agrícolas

Os ativos biológicos correspondem basicamente ao cultivo e plantio de tabaco, algodão, soja, milho e outras culturas de menor relevância, cujos produtos agrícolas são vendidos a terceiros.

Por se tratarem de ativos decorrentes de culturas temporárias, com ciclos inferiores a um ano, são classificados como ativos circulantes.

Os ativos biológicos são mensurados pelo gasto do custo incorrido com a formação de safras até o ponto de transformação biológica significativa. Após o marco definido da transformação biológica significativa os Ativos Biológicos são mensurados ao valor justo menos a despesa de venda e total de custos a incorrer no final de cada período de competência.

O produto agrícola colhido de ativos biológicos é mensurado ao valor justo, menos a despesa de venda, no momento da colheita. A partir do ponto da colheita, o valor justo do produto agrícola colhido passa a ser o valor considerado como custo do produto acabado e é avaliado pelo custo médio, conforme determina o CPC16 - Estoques.

Os ganhos ou perdas na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem e compõem o resultado bruto em conjunto com a rubrica custo do produto vendido.

A avaliação dos ativos biológicos pelo seu valor justo considera premissas e metodologias adotadas pela Administração do Grupo e na utilização de informações internas e externas relacionadas a: produtividade, rentabilidade, custo necessário para colocação em condições de venda, preços e taxa de desconto para suas projeções de fluxos de caixa, tais como:

- **Entradas de Caixa** - obtidos pela projeção da estimativa de produtividade em relação ao preço em mercado ativo que melhor reflete ao cenário que o grupo esta inserido.
- **Custos necessários para colocação em condição de venda** - obtido por meio dos orçamentos aprovados pela administração;
- **Taxa de desconto** - calculada pela metodologia de custo médio ponderado de capital (WACC); e
- **Plano de colheita da cultura e volume de produtividade** - com base nos orçamentos aprovados pela administração.

7.8 Investimentos

O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado pelo método da equivalência patrimonial e foi reconhecido inicialmente pelo custo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional nas demonstrações financeiras individuais. As variações patrimoniais da controlada relativas a outros resultados abrangentes registradas diretamente no patrimônio líquido, são registradas no patrimônio líquido da controladora de forma reflexa.

Quando necessário, as práticas contábeis da controlada são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pelo Grupo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Grupo possui investimentos em *Joint Ventures* os quais seguem os mesmos princípios de registro e avaliação pelo método da equivalência patrimonial.

7.9 Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens conforme nota 12. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

O Grupo reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para o Grupo, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em "outras receitas/outras despesas operacionais".

7.10 Arrendamento mercantil

Os contratos celebrados pelo Grupo, especialmente os contratos de locação são avaliados a fim de determinar se podem ser enquadrados como Arrendamento.

Um contrato é caracterizado como Arrendamento quando preenche os critérios de aluguel ou transmissão de direito de uso por tempo determinado em troca de pagamentos mensais, sendo o objeto do contrato claramente especificado.

No reconhecimento inicial, o prazo de arrendamento ou prazo não cancelável é determinado para mensurar o direito de uso e do passivo de arrendamento. O prazo do arrendamento será reavaliado pelo Grupo quando ocorrer um fato significativo ou alteração significativa nas circunstâncias que estejam no controle do arrendatário e afete o prazo não cancelável.

O Grupo determinou que faz a avaliação para todos os contratos firmados independentemente do prazo contrato se inferior a 12 (doze) meses, sendo que, somente contratos considerados de baixo valor não são reconhecidos como Arrendamento.

O Grupo reconheceu o direito de uso e o passivo de arrendamento pelo valor presente, sendo que o direito de uso é mensurado a partir do passivo de arrendamento, custos iniciais, pagamentos adiantados, custos estimados para desmontar, remover ou restaurar. O passivo de arrendamento é reconhecido na data de início ao valor presente dos pagamentos descontados à taxa de juros implícita no arrendamento.

Para mensuração subsequente, é utilizado o método de custo ao ativo de direito de uso e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

aplicado, na depreciação, os requisitos do CPC 27 – Ativo Imobilizado. Para efeito de depreciação, o Grupo determina a utilização do método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor. Adicionalmente, será aplicado o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos a fim contabilizar quaisquer perdas por redução ao valor recuperável identificadas.

7.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

7.12 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

7.13 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

7.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social integralmente.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo esperam recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

7.15 Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos agrícolas novos) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Os gastos de desenvolvimento quando capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto agrícola, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado.

7.16 Instrumentos financeiros

(i) **Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, O Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio.

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, O Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) **Capital social**

As quotas do capital social são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo efetua uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, o aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Caso contrário, a reversão é reconhecida em outros resultados abrangentes.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

8 GESTÃO DE RISCOS

As atividades do Grupo estão expostas a uma variedade de riscos. A Administração classifica os riscos inerentes ao negócio nas seguintes categorias:

- **Riscos financeiros** - são os riscos decorrentes de inadequada gestão de caixa (risco de liquidez e gestão do capital), riscos de crédito e riscos de mercado (*commodities*, câmbio e juros);
- **Riscos de compliance** - refere-se às sanções legais ou regulatórias que o Grupo pode sofrer como resultado de qualquer descumprimento legal/regulamentar e inclui a avaliação dos riscos socioambientais, anticorrupção, trabalhistas e fiscais que podem causar impactos financeiros ou reputacionais para o Grupo;
- **Riscos operacionais** - são os riscos de processos (ausência de eficiência e eficácia no processamento e controle de operações, falha no fornecimento de matéria prima a clientes, ausência de gestão das obrigações contratuais de terceiros e clientes, falha na gestão da manutenção de peças e equipamentos), de pessoas (dificuldade de reter talentos nas fazendas onde o Grupo opera), de tecnologia (falta de integridade nos sistemas de informações) e de meio ambiente (recursos naturais, mudanças climáticas e desastres e pragas, doenças e contaminações); e
- **Riscos estratégicos:** relacionados aos eventos internos ou externos que comprometam de alguma forma a reputação, a sustentabilidade e o plano de longo prazo do Grupo. São os riscos decorrentes da falta de capacidade do Grupo em dar resposta a mudanças que possam interromper o alcance de objetivos estratégicos estabelecidos, especialmente ligados a ausência de governança (descumprimento de regras internas ou legislações, fraude e conflito de interesses), da inadequada gestão do modelo de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

negócio e de fatores externos (concorrência e mercado, cenário econômico e política pública).

8.1 Riscos financeiros

As atividades do Grupo a expõe a diversos riscos financeiros, que incluem risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e risco de preço commodities), risco de crédito e risco de liquidez e gestão do capital.

Risco de preços de commodities e moedas

As receitas de vendas do Grupo são geradas principalmente pela comercialização de *commodities* agrícolas como soja e milho, produtos que possuem sua cotação relacionada ao dólar nas bolsas nacionais e internacionais (BM&F, *Chicago Board of Trade - CBOT* e *Intercontinental Exchange Futures US - ICE*). Desta forma, a volatilidade do preço internacional da *commodity* e da taxa de câmbio são riscos de mercado a que o Grupo está exposto. Os preços flutuam em função da demanda global por esses produtos, produtividade e produção dos principais produtores agrícolas mundiais, estoque dos produtores globais de alimentos e combustíveis e de suas estratégias comerciais. Uma parcela dos custos relativa a certos insumos também possui essa mesma característica, criando em certa medida um *hedge* natural.

O Grupo monitora e reporta mensalmente aos acionistas o comportamento dos preços de mercado e câmbio e discute estratégias para buscar proteção contra esses riscos quando entende que possa haver deterioração de cenário e consequente impacto na posição financeira do Grupo.

São realizadas vendas antecipadas diretamente com os clientes com entrega física futura. O Grupo também tem como prática realizar operações de *Barter* com fornecedores de insumos (compra de insumo para pagamento com o produto agrícola) para fixar parte de seu preço de venda durante o período de plantio de determinadas safras.

Atualmente o Grupo possui posição vendida em dólares por meio de NDF (*Non Deliverable Forward*) para cobrir os riscos cambiais de parcela de seu faturamento de tabaco esperado para as próximas.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros de empréstimos e financiamentos contratados com taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de fluxo de caixa. Aqueles contratados com taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco que o Grupo incorre em perdas decorrentes de um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro devido à falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco de crédito de clientes é administrado por meio da análise de crédito na aceitação de clientes e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Parcela substancial das vendas do Grupo é realizada para grandes *tradings companies* que adquirem grandes volumes para garantia de negociação local e internacional e normalmente são realizadas na modalidade à vista. No caso do contrato de longo prazo com a Phillip Morris Brasil - PMB, parcela substancial das vendas é recebida antecipadamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O risco de contraparte dos ativos financeiros mantidos com bancos é mitigado na medida em que o Grupo procurou operar com instituições de primeira linha, sem concentrar operações em apenas uma instituição financeira.

O risco máximo de crédito está representado substancialmente pelos saldos contábeis de bancos e contas a receber de clientes. Historicamente, o Grupo não registrou perdas significativas nas contas a receber de clientes ou em instrumentos financeiros.

Risco de liquidez e gestão do capital

É o risco de o Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria por meio de fluxos de caixa diários. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados na nota 17.

Apresentamos abaixo os vencimentos de passivos financeiros:

	Consolidado				Total
	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 5 anos	mais de 5 anos	
Fornecedores	29.908	-	-	-	29.908
Empréstimos e financiamentos	103.834	39.236	99.089	24.085	266.244
Outras obrigações	29.361	1.602	-	-	30.963
Total	163.103	40.838	99.089	24.085	327.115

O Grupo administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas do país, de acordo com as decisões e debates mantidos com o Conselho de Administração. O Grupo mantém um saldo mínimo de caixa de modo a evitar que a ocorrência de descasamento em seu fluxo de caixa afete sua capacidade de pagamento por pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de *commodities*.

8.2 Riscos de *compliance*

O Grupo está sujeito às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. Em relação ao meio ambiente, o Grupo mantém práticas que visam o cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. A captação de água para abastecimento dos pivôs de irrigação é realizada a partir de outorgas e obedece à legislação ambiental de cada localidade. Nesse contexto, o Grupo busca conservar suas áreas protegidas na forma de reservas legais e áreas de preservação permanente, por meio de proteção, manejo e integração, buscando também minimizar as pressões externas e os fatores de degradação que possam estar atuando sobre esses fragmentos.

O Grupo também mantém sistemas e controles que visam garantir aderência às legislações fiscais, trabalhistas e anticorrupção.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.3 Riscos operacionais

As atividades operacionais do Grupo estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios e outras forças naturais. O Grupo tem práticas e recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções físicas regulares.

9 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	36	8	7.656	3.098
Aplicações financeiras	2.431	1.703	62.626	15.658
	2.466	1.711	70.283	18.756

O saldo de caixa e bancos compreende os depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato provenientes de adiantamento de clientes e empréstimos e financiamentos obtidos. O aumento do saldo em 2019 deve-se à emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio para realização da estratégia e do fluxo normal das operações da controlada Santa Colomba Agropecuária Ltda.

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) com rentabilidade média de 99% do CDI (98,1% do CDI em 2018).

10 CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber de clientes	-	-	17.889	5.748
Outros recebíveis				
Impostos a recuperar	119	129	19.501	6.823
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	15.721	1.051
Outros créditos	22	-	189	669
Seguros	-	-	198	185
Derivativos (nota 22)	-	-	305	126
Aplicações financeiras	-	-	8.167	7.713
	141	129	61.970	22.315
Perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa	-	-	(363)	-
	141	129	61.607	22.315
Apresentados no ativo:				
Circulante	141	129	53.413	10.506
Não circulante	-	-	8.194	11.809

O saldo em aberto na conta de clientes é basicamente venda de grãos a prazo e complemento de preço na venda de tabaco no ano de 2019 no total de R\$ 3.973. A composição do saldo bruto das contas a receber com clientes é apresentado da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado
A vencer	4.481
Vencidos até 30 dias	1.465
Vencidos até 90 dias	10.220
Vencidos até 180 dias	1.115
Vencidos acima de 180 dias	608
Total Geral	17.889

O Grupo avaliou suas carteiras de títulos vencidos a mais de 180 dias com base no *Aging List* de títulos em aberto e avaliaram o risco de crédito no valor de R\$ 363. Os demais clientes com títulos em aberto a mais de 180 dias estão em prazo negociado de pagamentos. Os títulos vencidos entre 30 e 180 dias foram avaliados pelo Grupo que concluiu que tais clientes não oferecem risco de crédito, e portanto, não houve necessidade de classificação dos valores como perdas esperadas.

(1) Os principais valores que compõem a rubrica de Adiantamentos a fornecedores são: (i) R\$ 9.925 referente a importação de máquina para beneficiamento de algodão; e (ii) R\$ 1.260 para construção de galpão para beneficiamento de cacau, galpão para armazenamento de defensivos e galpão para beneficiamento e armazenagem de algodão.

(2) O Grupo realizou o levantamento de créditos de PIS e COFINS e contabilizou saldo extemporâneo de R\$ 15.240 conforme nota 25, restando um crédito a compensar de R\$ 10.218. O Grupo estima que a realização do saldo levantado em sua controlada será integralmente realizada no curso do exercício de 2020. Nesta rubrica o Grupo também contabiliza saldo de ICMS de R\$ 6.032.

(3) As aplicações financeiras possuem a finalidade de garantir as operações de empréstimos e financiamentos, cujas operações normalmente são liquidadas em um período maior do que 90 dias, motivo pelo qual não são consideradas como caixa e equivalente de caixa. Possuem rendimento médio de 4,92% a.a. (3,92% a.a. em 2018).

11 ESTOQUES

	Consolidado	
	2019	2018
Sementes e Insumos	54.969	31.659
Produtos agrícolas	20.713	11.365
Material de consumo	11.542	8.503
(-) Perdas estimadas - obsolescência	(1.829)	(1.088)
	85.395	50.438

A elevação dos saldos dos estoques de Sementes e Insumos Agrícolas decorre do crescimento da operação do Grupo no exercício de 2019 em função do início da cultura do algodão e expansão da cultura de soja e milho.

Os produtos agrícolas em 31 de dezembro de 2019 estão representados por tabaco, milho, algodão e café colhidos e não faturados. Os valores apresentados estão apresentados com marcação ao valor justo que totalizam em 2020 ajuste negativo de R\$ 5.694 (em 2018, ajuste negativo de R\$ 2.266). Seus valores de venda a mercado são superiores aos valores contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo de Material de Consumo é decorrente da aquisição de estoque de segurança para máquinas e equipamentos agrícolas para a operação tabaco e novas culturas.

A provisão para perdas com obsolescência é basicamente materiais que não foram movimentados nos últimos 360 dias.

12 ATIVOS BIOLÓGICOS

A movimentação dos ativos biológicos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 por cultura é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado							Total
	Tabaco	Soja	Milho	Trigo	Algodão	Outras culturas	Café	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	21.461	8.281	-	-	-	-	6.667	36.409
Gastos com plantio	50.103	30.426	12.788	4.124	2.402	1.276	25.346	127.742
Variações no valor justo	1.377	1.892	-	-	-	-	4.864	8.133
Colheita no exercício	(47.916)	(26.575)	(12.788)	(4.124)	-	(1.276)	(26.429)	(120.384)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	25.025	14.024	-	-	2.402	-	10.448	51.900
Gastos com plantio	57.744	39.059	21.755	6.964	22.908	3.438	17.705	170.857
Variações no valor justo	(3.285)	-	(5.810)	-	-	-	-	(9.095)
Colheita no exercício	(68.323)	(26.598)	(10.770)	(6.964)	(24.053)	(1.283)	(28.153)	(167.427)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.161	26.485	5.175	-	1.258	2.155	-	46.234

Os gastos com plantio são substancialmente decorrentes de aplicação de sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciações e mão de obra aplicada nas culturas, de acordo com os apontamentos realizados em campo.

O ajuste ao valor justo das culturas foi calculado considerando a diferença entre o custo incorrido e o valor estimado de mercado dos ativos biológicos. Apresentamos na tabela abaixo as principais premissas dessa avaliação ao valor justo dos ativos biológicos que em 2019 tiveram o estágio de maturação esperado para atendimentos aos requisitos conforme itens 24 e 30 do CPC 29:

Premissas	Fonte	Unidade	2019	
			Tabaco ¹	Milho
Preço médio líquido	Mercado Ativo	R\$/Saca	23,53	44,08
Produtividade	Orçamento	Sacas	3.000	132
Área plantada da safra	Realizado / Orçado	Hectares	3.699	1.837
Período da cultura	Realizado / Orçado	Data	Jan/19 - Dez/19	Fev/19 - Dez/19
Taxa de desconto	WACC calculado	%	6,46%	6,46%

1 - O preço médio do tabaco considera os valores estimados com base em contrato em função de não haver mercado ativo. A produtividade e o preço são apresentados em kg/hectare e R\$/hectare.

13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

13.1 Reconciliação da alíquota efetiva

A reconciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social com o imposto calculado por sua alíquota nominal é apresentada abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	2019	2018
Resultado antes do Imposto de Renda	(85.326)	(25.146)
Alíquota	34%	34%
IR/CSLL pela alíquota fiscal combinada	29.011	8.550
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
Resultado de equivalência patrimonial	(1.063)	(62)
Imposto diferido não constituído sobre ganho por compra	-	28
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(64)	(205)
Amortização mais valia das Ipanemas	(387)	(376)
Perda de capital em controladas em conjunto	-	(87)
Outras exclusões (adições) permanentes	(1.279)	(1.134)
IRPJ/ CSLL no Resultado do Exercício	26.218	6.714
Alíquota efetiva	31%	27%

13.2 Movimentação dos saldos dos impostos diferidos

As movimentações ocorridas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstradas abaixo:

	Saldo Inicial	Movimentação	Consolidado
	2018	Resultado	Saldo Final 2019
Prejuízos fiscais de imposto de renda	65.603	13.384	78.987
Bases negativas de contribuição social	23.617	4.818	28.435
Custo atribuído ao ativo imobilizado	(153.910)	4.872	(149.038)
AVJ de ativo biológico	(419)	3.960	3.541
Receita não faturada (liquida de impostos)	-	(1.198)	(1.198)
Outras provisões	526	697	1.223
Perdas estimadas em estoques	370	252	622
Valor recuperável com clientes	-	124	124
Leasing financeiro	(132)	9	(123)
Derivativos	632	(730)	(98)
AVP sobre Outros Créditos	59	-	59
Provisão para passivos contingentes	-	33	33
Arrendamento mercantil	-	(2)	(2)
Ativo (Passivo) Diferido	(63.653)	26.218	(37.436)
Apresentado no:			
Ativo	30.704		56.922
Passivo	(94.357)		(94.358)

Teste de *impairment* dos créditos diferidos de prejuízos fiscais

A Administração preparou um estudo para demonstrar a geração de resultados futuros tributáveis com os quais se espera que os créditos atualmente registrados no balanço sejam compensados.

O teste foi realizado considerando-se apenas as projeções das empresas controladas operacionais, uma vez que as empresas não operacionais possuem créditos relevantes para fins desse teste. O estudo para os próximos 10 anos foi preparado com base no modelo financeiro de longo prazo o Grupo e considera cenários que variam em função de diferentes premissas macroeconômicas e operacionais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dessa forma, considerando os resultados do estudo realizado, o qual indica que é provável a existência de lucro tributável para utilização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais reconhecidos em 31 de dezembro de 2019, não foi necessário o reconhecimento de perdas por *impairment*.

14 IMOBILIZADO

A movimentação dos saldos dos ativos imobilizados do Grupo é apresentada a seguir:

	Consolidado									Total
	Terras	Culturas Permanentes e Preparo de Solo	Sistemas de Irrigação, Elétricos e de Comunicação	Máquinas e Equipamentos	Edifícios, Estradas e Acessos	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizações em Andamento	Outros	
Custo em 31 de dezembro de 2018	464.289	65.857	178.182	52.233	19.742	8.098	2.831	8.975	22.035	822.242
Depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2018	-	(15.074)	(24.105)	(19.909)	(2.626)	(3.985)	(1.399)	-	(6.019)	(73.117)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	464.289	50.783	154.077	32.324	17.116	4.113	1.432	8.975	16.016	749.126
Aquisições	-	212	-	15.467	328	230	256	52.834	-	69.327
Direito de uso - Reconhecimento inicial	-	-	-	609	1.007	2.351	-	-	-	3.967
Depreciação	-	(6.186)	(8.767)	(5.089)	(961)	(756)	(212)	-	-	(21.971)
Direito de uso - Depreciação	-	-	-	(338)	(296)	(929)	-	-	-	(1.562)
Transferências para Intangível	-	-	-	-	-	-	-	(4.765)	-	(4.765)
Transferências entre categorias de ativos custo	(8.848)	11.745	(67.494)	77.358	7.371	(2.583)	-	(824)	(16.726)	-
Baixas líquidas de depreciação (alienação e sinistro)	-	(46.621)	-	(444)	(29)	(238)	(9)	(274)	-	(47.615)
Outros	-	-	(610)	(110)	(271)	(11)	55	-	710	(237)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	455.441	9.933	77.207	119.777	24.265	2.177	1.521	55.947	-	746.269
Custo	455.441	33.051	112.954	145.950	28.898	7.750	3.076	55.947	-	843.067
Depreciação	-	(23.118)	(35.747)	(26.172)	(4.633)	(5.573)	(1.555)	-	-	(96.799)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	455.441	9.933	77.207	119.777	24.265	2.177	1.521	55.947	-	746.269

O aumento do saldo da rubrica Imobilizado em Andamento deve-se principalmente a:

Em 2019 o Grupo elaborou planejamento estratégico para revitalização de áreas produtivas com aplicação de insumos e de procedimentos para trato de solo com o objetivo melhora significativa de produtividade. Nas empresas operacionais do Grupo também utilizou-se tais recursos para abertura de novas áreas para plantio de algodão e grãos. O total investido pelo Grupo no exercício foi de R\$ 35.122. O Grupo projeta início da utilização de tais áreas no curso de 2020, sendo que a vida útil dos tratos realizados foi estimada para 5 (cinco) anos.

Vidas úteis

O Grupo revisou as vidas úteis de seus ativos em 2019 e concluiu que em função da baixa idade dos ativos, não era necessária alteração em relação aos valores utilizados em 2018. As vidas úteis utilizadas para o cálculo da depreciação são apresentadas abaixo.

	Vida útil (em anos)	
	2019	2018
Máquinas e equipamentos	3 a 33	3 a 33
Edifícios	4 a 50	4 a 50
Sistema de irrigação	8 a 25	8 a 25
Móveis e utensílios	3 a 14	3 a 14
Equipamentos de informática	5	5
Veículos	3 a 9	3 a 9

Teste de *impairment* de ativos imobilizados

O CPC 01 determina que o Grupo deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo. As operações do Grupo vêm apresentando consecutivos prejuízos em função de estar em fase de implementação e maturação dos projetos, conforme descrito na nota 1. Desta forma, a Administração procedeu com o teste de *impairment* para verificar o valor recuperável dos ativos em relação ao seu valor contábil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao elaborar esse estudo, o Grupo levou em consideração o portfólio de produtos agrícolas e a forma como a operação agrícola é desenvolvida. Pelo fato da base de ativos de irrigação e terras serem utilizadas em diversas culturas pelo método de rotatividade, a Administração determinou que o Grupo possui uma única unidade geradora de caixa (UGC).

O valor recuperável da UGC foi determinado pelo valor em uso do grupo de ativos imobilizados do Grupo, com base nas projeções de fluxos de caixa descontados projetados para os próximos exercícios e baseados nos orçamentos aprovados pela administração, bem como na utilização de premissas e julgamentos relacionados à taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, taxa de desconto e capital de giro, bem como premissas macroeconômicas observáveis no mercado.

Com base nas análises efetuadas pela Administração, não foi necessário o registro de perdas por *impairment* do saldo do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

15 INVESTIMENTOS

Os saldos do balanço patrimonial e demonstração de resultado das empresas investidas do Grupo estão demonstrados a seguir e refere-se a 100% dos resultados das empresas.

a) Participação direta em empresas controladas:

Empresas	31/12/2019						
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas
Santa Colomba Agropecuária Ltda.	229.260	506.498	137.990	180.311	417.456	169.263	(183.679)
Santa Colomba Cafés	23.044	83.572	25.098	1.573	79.945	50.015	(90.254)
Primavera Empreendimentos Agrícolas Ltda	44	36.751	-	12.481	24.314	-	(8)
Lagoa Empreendimentos Agrícolas Ltda	57	30.094	-	10.217	19.934	1	(10)
Canguçu Empreendimentos Agrícolas Ltda	10	58.238	-	19.719	38.529	-	(39)
Carabas Empreendimentos Agrícolas Ltda	63	35.449	-	12.028	23.485	1	(9)
Sumidouro Empreendimentos Agrícolas Ltda	43	42.988	-	14.560	28.471	1	(40)
Veredinha Empreendimentos Agrícolas Ltda	211	22.319	-	7.576	14.954	9	(9)
	252.733	815.909	163.088	258.465	647.088	219.290	(274.048)

Empresas	31/12/2018						
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas
Santa Colomba Agropecuária Ltda.	101.662	452.351	70.582	84.558	398.873	133.212	(145.101)
Santa Colomba Cafés	30.775	113.676	19.408	4.859	120.184	31.963	(36.458)
Primavera Empreendimentos Agrícolas Ltda	53	36.751	-	12.481	24.322	234	(190)
Lagoa Empreendimentos Agrícolas Ltda	66	30.094	-	10.217	19.943	183	(133)
Canguçu Empreendimentos Agrícolas Ltda	48	58.238	-	19.719	38.567	-	(28)
Carabas Empreendimentos Agrícolas Ltda	72	35.449	-	12.028	23.493	3	(27)
Sumidouro Empreendimentos Agrícolas Ltda	82	42.988	-	14.560	28.510	3	(37)
Veredinha Empreendimentos Agrícolas Ltda	211	22.319	-	7.576	14.954	10	(20)
	132.969	791.866	89.990	165.998	668.846	165.608	(181.994)

Investimentos em controladas em conjunto (*joint ventures*):

Empresas	31/12/2019						
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas
Ipanema Agrícola S.A	56.788	177.804	39.175	65.765	129.652	86.797	(97.576)
Ipanema Comercial Exportadora S.A	28.457	1.213	11.471	1.027	17.172	81.607	(82.948)
	85.245	179.017	50.646	66.792	146.824	168.404	(180.524)

Empresas	31/12/2018						
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas
Ipanema Agrícola S.A	59.394	176.349	26.197	69.114	140.432	69.949	(70.514)
Ipanema Comercial Exportadora S.A	27.824	378	9.404	285	18.513	80.809	(81.305)
	87.218	176.727	35.601	69.399	158.945	150.758	(151.819)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto:

	2019		2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo inicial dos investimentos	743.013	74.168	739.636	72.907
Adiantamento para futuro aumento de capital	33.000	-	20.433	-
Resultado de equivalência patrimonial - Controladas	(54.758)	-	(16.386)	-
Resultado de equivalência patrimonial - <i>Joint venture</i>	(3.126)	(3.126)	(181)	(181)
(-) Amortização da mais valia	(1.138)	(1.138)	(1.105)	(1.105)
Devolução de Capital Social	-	-	(1.749)	-
Distribuição desproporcional de dividendos	-	-	(266)	(266)
Dividendos recebidos no exercício	-	-	(1.008)	(826)
Lançamentos relativos a aquisição de participação				
Devolução aquisição Ipanemas Coffees - Conta Escrow	(812)	(812)	-	-
Aquisição Participação em Investimento	-	-	4.030	4.030
Valor pago a maior em Participação em Investimento	-	-	(392)	(392)
Saldo final dos investimentos	716.179	69.092	743.013	74.168

16 FORNECEDORES

Os saldos de fornecedores são apresentados no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores de insumos	-	-	18.761	16.238
Fornecedores de materiais e outros	-	-	8.159	1.046
Fornecedores de ativo imobilizado	-	-	775	704
Fornecedores de energia elétrica	-	-	2.015	1.065
Outros fornecedores	-	3	198	1.867
	-	3	29.908	20.920

A elevação dos saldos dos fornecedores decorre do crescimento da operação do Grupo no exercício de 2019, sendo os principais itens adquiridos sementes e insumos para safra 2019/2020 e aquisição de peças para segurança mínima para reparos e manutenção de maquinário agrícola.

17 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A posição dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é apresentada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa de juros anu	Controladora e Consolidado	
		2019	2018
Certificado de Recebíveis Agrícola - CRA	2,1%	98.616	-
Cédula de Créditos Bancários	1,09% a 12,55%	108.882	68.745
FINAME	3,5% a 19,0%	24.720	20.245
Cédula Rural Hipotecária	5,3%	18.808	21.123
Cédula de Produto Rural Financeira	9,40%	10.350	5.021
Cédula de Crédito Pignoratícia	8,5% a 9,29%	4.868	6.937
Leasing	4,9%	-	131
Mutuo			
		266.244	122.203
Circulante		103.834	51.149
Não circulante		162.410	71.054

Vencimento dos empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2019, o principal atualizado de juros e correção monetária dos empréstimos e financiamentos apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora e consolidado	
	2019	2018
2019	-	51.149
2020	103.834	2.585
2021	39.236	10.075
2022	56.792	2.293
2023	35.332	7.212
2024	6.964	48.889
2025	3.948	-
2026	10.403	-
2027	9.734	-
	266.244	122.203

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

	Controladora e consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	122.202	76.981
Captações	242.849	87.098
Provisão de encargos	13.553	7.194
Amortização do principal	(103.878)	(43.147)
Pagamentos de encargos	(8.482)	(5.923)
Saldo final	266.244	122.203

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Captações

Apresentamos a seguir a composição das captações no exercício:

Modalidade	Finalidade	Instituição	Início	Vencimento	Montante
Cédula de Crédito Bancário	Investimento	Itaú	fev/2019	dez/2019	10.217
Célula de Créditos Bancários	Custeio Café 424,95 ha	Banco ABC	mar/2019	mar/2019	7.786
Cédula de Produto Rural Financeira	Custeio Trigo 475 ha	ABC Brasil	mar/2019	set/2019	2.209
Finame	Investimento	CNH	mar/2019	mai/2025	264
Cédula de Produto Rural Financeira	Custeio Trigo 494,62 ha	ABC Brasil	abr/2019	out/2019	2.300
Cédula de Crédito Bancário	Investimento	Caterpillar	abr/2019	abr/2023	520
Finame	Investimento	John Deere	abr/2019	out/2023	3.105
Cédula de Produto Rural Financeira	Custeio Soja (2.231,88 ha)	ABC Brasil	mai/2019	nov/2019	5.660
Cédula de Crédito Bancário	Custeio Algodão 1.760 ha	Itaú	mai/2019	mai/2020	17.000
Cédula de Crédito Bancário	Investimento	Itaú	mai/2019	nov/2019	7.399
Finame	Investimento	Brasil	mai/2019	abr/2022	197
Finame	Investimento	Brasil	mai/2019	abr/2023	323
Célula de Créditos Bancários	Custeio Soja (800 ha)	Banco Itaú	jun/2019	fev/2019	3.348
Célula de Créditos Bancários	Custeio Algodão (920 ha)	Banco Itaú	jun/2019	ago/2019	9.751
Cédula de Produto Rural Financeira	Custeio Trigo 667 ha	ABC Brasil	jun/2019	dez/2019	2.759
Cédula de Produto Rural Financeira	Custeio Milho 420 ha	ABC Brasil	jun/2019	dez/2019	2.391
Cédula de Crédito Bancário	Custeio Soja (2.252,19 ha)	Itaú	jun/2019	mai/2020	9.424
Cédula de Crédito Bancário	Custeio Algodão (750 ha)	Itaú	jun/2019	jul/2020	8.000
Finame	Investimento	John Deere	jul/2019	mai/2024	3.216
Mútuo	Fluxo de Caixa	Parte Relacionada - PF	ago/2019	dez/2019	4.000
Finame	Investimento	Brasil	ago/2019	mar/2024	382
Cédula de Produto Rural Financeira	Custeio Milho 450 ha	ABC Brasil	set/2019	mar/2020	2.300
Cédula de Produto Rural Financeira	Custeio Milho (1.405 ha)	ABC Brasil	set/2019	mar/2020	8.000
Cédula de Crédito Bancário	Investimento	Rabobank	set/2019	ago/2020	10.173
Cédula de Crédito Bancário	Custeio Milho 488 ha	ABC Brasil	set/2019	set/2020	2.800
Finame	Investimento	John Deere	out/2019	mai/2025	1.386
Cédula de Crédito Bancário	Custeio Tabaco 1.444 ha	ABC Brasil	nov/2019	fev/2020	10.000
Cédula de Crédito Bancário	Custeio Milho (1.083 ha)	ABC Brasil	nov/2019	nov/2020	6.167
Finame	Investimento	John Deere	nov/2019	jun/2026	3.308
Certificado de Recebíveis Agrícola - CRA	Investimento	EcoAgro	dez/2019	mai/2023	98.464
Total					242.849

O total do Certificado de Recebíveis Agrícolas – CRA - captado pela controlada Santa Colomba Agropecuária Ltda. está apresentado líquido dos custos de transação.

O Grupo possui contratos de empréstimos e financiamentos que estabelecem obrigações contratuais com a necessidade de manutenção de certos índices financeiros, operacionais e performance financeira.

18 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Adiantamentos de clientes	-	-	14.917	1.459
Obrigações trabalhistas	-	-	7.081	4.459
Outras contas a pagar	29	-	2.925	595
Passivo de Arrendamento (Nota 18 a)	-	-	2.400	-
Obrigações tributárias	1	1	1.790	4.838
Outras provisões	-	-	1.412	1.546
Compra de terras	-	-	422	422
Derivativos (Nota 22)	-	-	16	1.985
	30	1	30.963	15.304
Apresentados no:				
Circulante	30	1	29.361	14.718
Não circulante	-	-	1.602	586

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A principal variação no ano ocorreu na rubrica de Adiantamentos de clientes devido o Grupo ter recebido valores para venda futura de milho no total de R\$ 3.900, algodão no total de R\$ 2.211 e trigo no total de R\$ 1.775. Tais valores foram efetivamente faturados e sua receita reconhecida com a respectiva baixa do saldo de Adiantamentos de clientes em 2020.

18.a) PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

Os passivos de arrendamento são apresentados na demonstração financeira:

	Passivo de Arrendamentos	AVP Arrendamentos	Total
Adoção inicial	4.219	(252)	3.967
Amortização	(1.705)	137	(1.567)
	2.515	(115)	2.400
Classificado em:			
Circulante			1.862
Não circulante			538

O Grupo adotou o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019 e utilizou a abordagem retrospectiva simplificada que não requer apresentação de saldos comparativos. Como resultado a adoção o Grupo alterou a política contábil para os contratos de arrendamentos.

O Grupo possui contratos que preenchem as características de direito de uso e registrou passivo de arrendamento para: locação de seu escritório administrativo, equipamentos de informática e de veículos.

O valor presente das obrigações futuras foi mensurado utilizando uma taxa de juros incremental, uma vez que, não havia nenhuma taxa de juros implícita no contrato de arrendamento. Assim, a taxa de juros usada foi de 8,03% ao ano, correspondente à média ponderada dos empréstimos captados pelo Grupo até novembro de 2019.

19 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências foram avaliadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos internos e externos.

No ano de 2019, o Grupo registrou a provisão para contingências trabalhistas no total de R\$ 96 (R\$0 em 2018) em que o Grupo figura como réu considerado risco de perda provável

O Grupo figura como réu em outros processos judiciais de natureza ambientais, fiscais e trabalhistas que foram avaliados pelos assessores jurídicos externos com probabilidade de perda possível.

O valor estimado desses processos em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 3.890 (R\$ 733 em 2018) na Controladora e no Consolidado o saldo de processos considerados possível é de R\$ 24.248 na data-base. De acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Grupo, esses processos não são objeto de provisão contábil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20 PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na nota 1, a SCIA é controlada pela pessoa física do Sr. Fernando Antonio Botelho Prado, sendo que os demais acionistas pessoa física figuram com menos de 5% de participação cada um no percentual total de participação de 12%.

Fazem parte do grupo econômico da SCIA - SC Investimentos Agrícolas S.A. ou estão ligadas aos acionistas e familiares as seguintes empresas:

Companhias	Atividades
Calmasa Calcário Mambai S.A.	Produção e comércio de calcário
Associação Maria da Glória Pró-Cerrado	Trabalho beneficiante na região do cerrado baiano

As transações e saldos com essas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018, quando existiu, são resumidos na tabela abaixo:

	Ativo		Passivo		Consolidado
	2019	2018	2019	2018	Resultado
					2019
Calmasa Calcário Mambai S/A	-	50	270	-	270
	-	50	270	-	270

Pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades do Grupo inclui os diretores estatutários. Abaixo seguem as informações sobre a despesa reconhecida com a remuneração em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Salários	3.183	3.477
Bonificações	333	2.047
Benefícios de curto prazo	353	388
Contribuições previdenciárias e sociais	704	1.085
Total	4.573	6.997

O Grupo não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo bem como remunerações baseadas em instrumentos patrimoniais de emissão pelas empresas do Grupo ou de seus quotistas controladores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21 GARANTIAS PRESTADAS

O Grupo como garantia de certas operações fornece hipotecas, alienações fiduciárias ou parcela de sua safra. A posição das garantias prestadas em 31 de dezembro de 2019 é apresentada a seguir:

				Consolidado
Operação	Vencimento	Saldo das operações		Tipo de garantia
		com garantias		
Empréstimos	2019 a 2024	68.876		Hipotecas perfazendo uma área de 114,7 mil hectares.
Custeio de safra	2019	33.082		Hipotecas perfazendo uma área de 6,9 mil hectares, aval da controladora e CPR (cédula de produtor rural) de 40.356 sacas de milho e 12.570 sacas de café.
Finame	2019 a 2024	20.245		Máquinas e equipamentos
Contrato de venda de tabaco	2025	-		Hipotecas de fazendas próprias, perfazendo uma área de 14,772 mil hectares. perfazendo uma área de 14,7 mil hectares.

22 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

A identificação dos riscos financeiros e descrição das políticas de gestão de riscos constam da nota 7.16.

Classificação dos instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pelo Grupo e operações em conjunto estão apresentados e classificados conforme a seguir:

Nota	Valor contábil				Consolidado		
	VJR - Outros	Ativos a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
31 de dezembro de 2019							
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	7.656	-	7.656	-	-
Aplicações financeiras	9	70.793	-	-	70.793	-	-
Contas a receber de clientes	10	-	17.889	-	17.889	-	-
Outros créditos	10	-	189	-	189	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	10	305	-	-	305	-	-
Total		71.098	25.734	-	96.832	-	71.098
Passivos							
Fornecedores	16	-	-	29.908	29.908	-	-
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	266.244	266.244	-	-
Outras contas a pagar	18	-	-	2.925	2.925	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	18	16	-	-	16	-	16
Total		16	-	299.077	299.093	-	16

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Valor contábil				Consolidado		
		VJR - Outros	Ativos a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
31 de dezembro de 2018								
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	3.098	-	3.098	-	-	-
Aplicações financeiras	9	23.371	-	-	23.371	-	23.371	-
Contas a receber de clientes	10	-	5.748	-	5.748	-	-	-
Outros créditos	10	-	669	-	669	-	-	-
Clientes e outros recebíveis	10	126	-	-	126	-	126	-
Total		23.497	9.515	-	33.012	-	23.497	-
Passivos								
Fornecedores	16	-	-	20.920	20.920	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	122.203	122.203	-	-	-
Outras contas a pagar	18	-	-	594	594	-	-	-
Instrumentos financeiros e derivativos	18	1.985	-	-	1.985	-	1.985	-
Total		1.985	-	143.717	145.702	-	1.985	-

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo e passivo circulante e não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita e despesa financeira respectivamente.

Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, que são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

Instrumentos financeiros derivativos

Conforme descrito na nota 7.15, o Grupo vendeu dólar no futuro por meio de NDF para proteção de sua exposição ao dólar norte americano em parcela do faturamento previsto e das aquisições de insumos com indexação em moeda estrangeira. A tabela a seguir resume as características da posição em 31 de dezembro de 2019.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora e Consolidado							
2019							
Contraparte	Contratante	Início	Vencimento	Moeda Nacional	Valor Nacional (em US\$ mil)	Taxa média contratada (em R\$)	Valor Justo
Banco Fibra	SCA	abr-19	mai-20	USD	500	4,0753	16
Banco Fibra	SCA	mai-19	out-20	USD	325	4,1234	14
Banco Fibra	SCA	mai-19	nov-20	USD	325	4,1361	15
Banco Fibra	SCA	mai-19	mai-20	USD	250	4,0760	8
Banco Fibra	SCA	mai-19	out-20	USD	150	4,1503	10
Banco Fibra	SCA	mai-19	mai-20	USD	170	4,1107	10
Banco Fibra	SCA	mai-19	nov-20	USD	150	4,1597	10
Banco Fibra	SCA	ago-19	set-20	USD	300	4,0410	(9)
Banco Fibra	SCA	ago-19	ago-20	USD	300	4,0492	(5)
Banco Fibra	SCA	ago-19	set-20	USD	200	4,0570	(3)
Banco Fibra	SCA	ago-19	set-20	USD	100	4,0840	1
Banco Fibra	SCA	ago-19	ago-20	USD	200	4,0755	2
Banco Fibra	SCA	ago-19	ago-20	USD	100	4,0780	1
Banco Fibra	SCA	ago-19	ago-20	USD	300	4,2228	46
Banco Fibra	SCA	set-19	ago-20	USD	400	4,2417	69
Banco Fibra	SCA	set-19	set-20	USD	200	4,2506	35
Banco Fibra	SCA	jan-19	mai-20	USD	300	4,2710	67
Total					4.270		289
Ativo							305
Passivo							(16)

Nesse contrato, em função do Grupo adotar uma posição vendida, quando a Ptax do fechamento do dia do vencimento da parcela ficar abaixo da taxa média contratada, o Grupo recebe um ajuste financeiro do banco relativo à diferença de taxas. Por outro lado, se a Ptax ficar acima, o Grupo paga um ajuste financeiro ao banco.

Análise de sensibilidade

De acordo com as regras do CPC 40 - Evidenciação, uma análise de sensibilidade é requerida para que seja evidenciado qual o valor que o resultado e patrimônio líquido seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis na data das demonstrações financeiras. O quadro a seguir demonstra uma análise de sensibilidade em 5 cenários, considerando um cenário provável com base em estimativas de mercado e outros com "stress" em relação ao cenário provável:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado 2019				
	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Descrição dos cenários	Projeção para 2019	Alta de 25% em relação ao cenário provável	Alta de 50% em relação ao cenário provável	Queda de 25% em relação ao cenário provável	Queda de 50% em relação ao cenário provável
Câmbio do período (R\$/US\$)	4,03	5,04	6,05	3,02	2,02
TJLP (% a.a.)	6,20%	7,75%	9,30%	4,65%	3,10%
Taxa Selic média do período (%a.a.)	4,40%	5,50%	6,60%	3,30%	2,20%

Instrumento	Nominal	Risco	Impacto em PL e DRE em R\$ mil				
			Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
NDF (US\$ mil)	4.345	Cambial	(1.831)	(6.209)	(10.588)	2.547	6.926
Empréstimos pós-fixados (R\$ mil)	267.781	Taxa de juros	542	(4.695)	(8.847)	3.610	7.762
Caixa e equivalentes (R\$ mil)	70.283	Taxa de juros	(1.267)	(494)	279	(2.040)	(2.813)
Impacto total			(2.556)	(11.398)	(19.155)	4.117	11.875

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito é de R\$ 630.152 (R\$ 625.152 em 2018), representado por 604.448.656 quotas (600.126.014 em 2018), no valor nominal de R\$ 1,04170 por ação.

Em 2019 o sócio majoritário fez adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$ 33.000 destinados, principalmente, a cobrir investimentos e gastos operacionais das controladas operacionais.

Houve integralização de R\$ 5.000 ao Capital Social da Companhia em 2019 restando a integralizar o montante aportado em 2019 de R\$ 33.000.

Destinação dos resultados

Os lucros auferidos ao final de cada exercício, quando houver, após a constituição de reserva de 10% do lucro líquido terão a destinação que os sócios representando a maioria do capital social deliberarem. Aprovada a distribuição de lucros, a mesma será feita aos sócios na proporção das respectivas quotas do capital social. Os prejuízos apurados nos balanços anuais, nos termos da lei, serão compensados com os lucros dos exercícios futuros.

Os sócios representando a maioria do capital social poderão distribuir lucros intermediários ou pagar juros sobre o capital à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros relativo ao último exercício social.

Ajustes de avaliação patrimonial

A conta de ajuste de avaliação patrimonial, cujo saldo é de R\$ 289.382 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 289.450 em 2018) é composta pela contrapartida da avaliação ao valor justo dos ativos imobilizados das suas controladas quando da adoção inicial no Brasil em 2010, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos. Esse saldo é amortizado e transferido para lucros acumulados na medida em que os respectivos ativos são depreciados ou baixados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24 RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

(a) Fluxos de receitas

As receitas operacionais do Grupo são compostas pela comercialização de produtos agrícolas.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas líquidas apresentadas na demonstração de resultado do exercício por produto:

	Consolidado	
	2019	2018
Tabaco	122.980	103.667
Café	25.608	23.250
Soja	16.763	17.175
Algodão	16.015	-
Milho	5.217	8.123
Trigo	2.046	2.272
Banana	625	-
Grão de bico	294	-
Feijão	-	304
Gado	-	352
Itens de estoque	1.370	505
Receita Bruta de vendas	190.917	155.648
(-) Impostos incidentes sobre vendas	(15.800)	(14.128)
(-) Devoluções e abatimentos	(772)	(812)
Receita operacional líquida	174.345	140.709

O aumento das Receitas líquidas de vendas do Grupo é reflexo da expansão de sua capacidade produtiva com aumento de área produtiva para a cultura de tabaco e início da cultura de algodão, conforme mencionado na nota 1.

b) Obrigações de desempenho e Políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Produtos Agrícolas	Os clientes obtêm controle quando os produtos são entregues e aceitas nas dependências do mesmo. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Não há nenhum desconto padrão para as vendas e também não existe nenhum programa de	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Entretanto, realiza-se uma estimativa de notas faturadas e não entregues, baseadas em dados históricos, e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

fidelidade que possamos identificar como uma obrigação de desempenho de modo aplicável ao CPC 47.

o valor é estornado na receita de vendas.

25 GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2109	2018	2019	2018
Insumos agrícolas (<i>Sementes, fertilizantes e outros insumos</i>)	-	-	65.615	49.013
Despesa com pessoal	-	-	47.503	51.887
Energia elétrica	-	-	16.182	11.323
Serviços de terceiros	152	90	13.388	12.949
Depreciação e amortização	16	16	23.589	15.349
Combustíveis, lubrificantes e manutenções	-	-	25.342	12.574
Crédito Extemporâneo PIS/COFINS (Nota 10)	-	-	(15.240)	-
Baixa Projeto Cana-de-Açúcar	-	-	-	2.805
Fretes, transportes e armazenagens	-	-	861	1.566
Provisões judiciais	-	-	96	(2.809)
Valor justo do biológico	-	-	11.647	(10.310)
Outras despesas	90	61	5.332	8.025
	258	167	194.315	152.372

Apresentado como:

Custo dos produtos vendidos	-	-	(160.140)	(144.240)
Valor justo dos ativos biológicos	-	-	(11.647)	10.310
Despesas administrativas e gerais	(258)	(167)	(21.023)	(18.442)
Despesas comerciais	-	-	(1.505)	-
	(258)	(167)	(194.315)	(152.372)

Os custos operacionais do Grupo aumentaram nas rubricas de Insumos e Combustíveis decorrentes de aplicações de trato de terras classificados como Investimentos, bem como aumento da área produtiva e início da operação de algodão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26 OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Baixa do Cafezal	-	-	(46.778)	-
Amortização da mais valia	(1.138)	(1.105)	(1.138)	(1.105)
Resultado na alienação de ativos	-	-	(584)	(2.488)
Outras despesas (receitas)	-	-	(216)	(555)
Ajuste no Ganho por compra vantajosa	-	(392)	-	(392)
Perda (ganho) de capital em investimento	-	(264)	-	(264)
	(1.138)	(1.761)	(48.716)	(4.804)

Em 2019 o Grupo decidiu descontinuar com o cultivo de café e procedeu com a erradicação do cafezal em sua controlada. A partir de outubro de 2019 o Grupo iniciou o cultivo nos pivôs antes ocupados com café com as culturas de soja e algodão.

27 RECEITAS (DEPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas Financeiras				
Ganho com Instrumentos Financ. - Não Liquidados	-	-	297	3.978
Ganho com Instrumentos Financ. - Liquidados	-	-	-	1.855
Aplicações financeiras	120	88	1.061	1.039
Variação Cambial Ativa	-	-	349	359
Outros juros	-	-	107	256
	120	88	1.814	7.487
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e fornecedores	-	-	(13.500)	(6.825)
Perda com Inst. Financ. - Não Liquidados	-	-	1.348	(5.522)
Perda com Inst. Financ. - Liquidados	-	-	(1.424)	(2.052)
Variação Cambial Passiva	-	-	(729)	(863)
Outras despesas	52	(26)	(1.023)	(723)
	52	(26)	(15.328)	(15.986)
Resultado financeiro líquido	172	62	(13.514)	(8.499)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28 ASPECTOS AMBIENTAIS

O Grupo considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. O Grupo diminuiu os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/ operacionais. A administração do Grupo acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseadas nas atuais leis e regulamentos em vigor.

29 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somado ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos financeiros relevantes às empresas.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 poderá ser revisada. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira do Grupo, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Arlindo de Azevedo Moura

Diretor Presidente

Renan Zumpano Rovai

Diretor Financeiro

Joelma Azevêdo dos Santos

Contadora

CRC 1SP 284071-O-9